

Pôster

**INFORMAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO DIGITAL EM PERIFERIA URBANA:
ESTUDO DE COMUNIDADE DA FAVELA SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO/RJ¹**

Patricia Mallmann Souto Pereira – UFRGS
Valdir Jose Morigi – UFRGS

Resumo

O tema deste trabalho é a relação entre informação, cidadania e inclusão digital em periferia urbana. Apresenta projeto de tese de doutorado, metodologicamente configurado como estudo de comunidade. O objetivo é compreender como o acesso e a apropriação das TICs e da informação digital possibilitam aos sujeitos sociais a construção de práticas e de uma cultura informacional, fundamental para a ampliação do exercício da cidadania, tomando como foco a comunidade da favela Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A pesquisa parte de diferentes perspectivas teóricas sob às quais três principais conceitos são abordados: informação, cidadania e inclusão digital. A definição de informação adotada se fundamenta nos paradigmas cognitivo e social da área de CI, na concepção de Rafael Capurro. Cidadania é discutida com base nos autores T. H. Marshall, José Murilo de Carvalho e Adela Cortina, que traz a perspectiva de cidadania cultural. Outro conceito importante é o de esfera pública, discutido na visão de Jürgen Habermas. O terceiro eixo é a noção de inclusão digital, discutida com base em autores das áreas de Sociologia e Ciência Política, como Manuel Castells, Pierre Lévy e Bernardo Sorj. Apresenta a favela Santa Marta e as principais características que fazem dela um caso representativo a ser estudado. Discuti sinteticamente a constituição histórica das favelas.

Palavras-chave: Informação e cidadania. Inclusão digital. Estudo de comunidade.

Abstract

The theme of this work is the relationship between information, citizenship and digital inclusion in the urban periphery. Presents doctoral thesis project, configured as methodologically community study. The goal is to understand how to access and appropriation of ICTs and digital information enable social practices and create an informed culture, which is critical to the development of active citizens, using as its focus the slums in the community of Santa Marta in the city of Rio de Janeiro/RJ. The research is based on different theoretical perspectives: the three main concepts are information, citizenship and digital inclusion. The definition of information adopted in this research is based on the cognitive and social paradigms in the field of IC, designed by Rafael Capurro. Citizenship is discussed based on the work of authors T. H. Marshall, José Murilo de Carvalho and Adela Cortina, who developed the perspective of cultural citizenship. Another important concept is that of the public sphere, discussed in the view of Jürgen Habermas. The last axis is the idea of digital inclusion, the discussion follows the theories of authors from the fields of Sociology and Political Science, including Manuel Castells, Pierre Lévy and Bernard Sorj. Santa Marta's slums' historical and key features make it an ideal representative case study. The historical make-up of slums is synthesized for purposes of this presentation.

Keywords: Information and citizenship. Digital inclusion. Community study.

¹ Projeto de tese qualificado em 04 de junho, pelo PPGCOM/UFRGS.

1 INTRODUÇÃO

É consenso na literatura científica acerca do tema da inclusão digital, especialmente na área de Ciência da Informação (CI), que o maior acesso à informação (e à comunicação) propiciado pelas TICs amplia o exercício da cidadania. Isso também é defendido pelas instituições responsáveis pela implantação de projetos de inclusão digital. Contudo, percebe-se a necessidade de aprofundamento dessa questão, tendo em vista que há poucos estudos relacionando cidadania, inclusão digital e acesso a informação, havendo carência de evidências empíricas acerca dessa relação e, tampouco, sobre como ela se configura, especificamente, em contextos de periferias urbanas.

O objetivo da pesquisa é: Compreender como o acesso e a apropriação das TICs e da informação digital possibilitam aos sujeitos sociais a construção de práticas e de uma cultura informacional, fundamental para a ampliação do exercício da cidadania, tomando como foco a comunidade da favela Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro/RJ

Participar da esfera pública é condição *sine qua non* para o exercício da cidadania, e a internet é a “materialização” da esfera pública contemporânea. É imprescindível uma igualdade de acesso e de condições de uso e apropriação de informação, quesito que para ser atingido envolve o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs), especialmente à internet, e o desenvolvimento de capacidades interpretativas, discursivas e argumentativas.

Em 2010 apenas 30,7% dos domicílios do país possuía microcomputador com acesso à internet (IBGE, 2012a). E 33% das pessoas com mais de 15 anos de idade possuíam acesso à internet em seus domicílios (FGV; CPS, 2012). O acesso à internet não se dá apenas no próprio domicílio, mas também no local de trabalho, na escola, em domicílios de outras pessoas, em centros de acesso à internet tanto públicos como privados e via telefonia móvel. Em 2011 menos da metade da população de 10 anos ou mais de idade (46,5%) acessou a internet no período de referência dos últimos três meses (IBGE, 2012b). Outro fator pelo qual se dá a exclusão digital, que transcende a deficiência de acesso às TICs, é a capacidade de uso e apropriação das informações digitais. No Brasil o percentual da população alfabetizada funcionalmente, ente 15 e 64 anos de idade, era de 73% em 2011, sendo que apenas 26% dominava plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática² (IPM, 2012).

A exclusão digital acompanha as demais desigualdades econômicas e sociais como, principalmente, nível educacional, renda familiar e desigualdades regionais (desenvolvimento socioeconômico, urbanização) (CASTELLS, 2003; CGI, 2007; FGV; CPS, 2012; IBGE,

² O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) mensura a capacidade de leitura, escrita e cálculo da população brasileira adulta.

2012b), o que torna a exclusão digital um fator de aprofundamento da exclusão social. Um dos nichos sociais que se enquadra nessa exclusão são as pessoas residentes em periferias urbanas. Em contrapartida a essa realidade, há no Brasil uma enormidade de projetos de inclusão digital, destinados a minimizar a deficiência de acesso e de uso das TICs.

2 INFORMAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO DIGITAL

Parte-se de diferentes perspectivas teóricas sob às quais três principais conceitos são fundamentais: informação, cidadania e inclusão digital. A definição de informação adotada na pesquisa se fundamenta nos paradigmas cognitivo e social da CI, conforme descrição de Capurro (2003). São utilizados os conceitos de práticas informacionais e sua relação com discursividade, e de apropriação de informação. É considerado que a produção de significado se dá de forma diversa em diferentes comunidades e, mesmo, em diferentes grupos. Por isso, para se entender a apropriação e a cultura informacionais na favela, e mesmo em diferentes grupos dentro da favela, são focadas as práticas socioculturais e informacionais das pessoas.

Cidadania é pensada a partir da concepção de Marshall (1967) de conjunto de direitos e deveres (civis, políticos e sociais). Enfatiza-se a perspectiva de cidadania cultural de Cortina (2005), que possibilita relacionar apropriação informacional e exercício da cidadania. Sentir-se cidadão de determinado grupo social depende de se sentir culturalmente identificado, e “[...] o fato de se saber e de se sentir cidadão de uma comunidade, pode motivar os indivíduos a trabalhar por ela.” (CORTINA, 2005, p. 72).

Também é considerado o direito à informação (e à comunicação), pois a construção da cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e da apropriação de informação. Para essa discussão, utiliza-se como base Carvalho (2004), que traz importante contribuição sobre o desenvolvimento histórico da cidadania no Brasil. Para que se possa exercer o direito à informação e à comunicação é crucial que se tenha acesso às TICs, em especial à internet. Para isso é necessário que haja políticas públicas de inclusão digital que supram esse acesso.

Outro conceito importante nesta discussão é o de esfera pública, pois é a partir dos espaços públicos que a cidadania se constrói e desenvolve; a perspectiva teórica deste estudo segue a visão de Habermas (2003a; 2003b). A esfera pública se caracteriza por garantir o debate público sobre temas de interesse da sociedade. É o âmbito da discussão em sociedade entre indivíduos privados, isto é, “[...] justamente o âmbito em que as pessoas privadas reunidas num público engajam-se num esforço argumentativo voltado para o recíproco esclarecimento acerca de objetos comuns de discussão.” (GOMES, 1998, p. 157). Sua característica primordial é a discursividade, o que envolve informação e comunicação.

Nesse sentido, a internet possui lugar de destaque na sociedade, podendo ser vista como uma nova esfera pública, porém com maior capacidade discursiva e democrática. Segundo Lévy (2004), a principal vantagem da internet em relação aos meios de comunicação da segunda metade do século XX (imprensa, rádio e televisão) é que todos os sujeitos que desejarem podem exprimir-se sem a necessidade de passar pelo poder do jornalista, e o resultado disso é um alargamento da esfera pública.

O terceiro eixo é a noção de inclusão digital. São analisados dados oficiais sobre desigualdade de acesso à internet no Brasil, além das políticas públicas de inclusão digital de maior visibilidade adotadas no país. Autores das áreas de Sociologia e Ciência Política são trazidos ao diálogo, como Castells (2000; 2003), Lévy (2004) e Sorj (2003). Estar inserido digitalmente passou a ser considerado um direito de cidadania. Mas é necessário atentar para o fato de que as TICs são apenas um meio para se alcançar inclusão, pois é necessário que haja o “[...] uso social e a apropriação das ferramentas tecnológicas em função de um projeto de transformação social para melhorar as condições de vida das pessoas.” (DELGADILLO; GÓMEZ; STOLL, 2003, p. 8), o que nem sempre ocorre. Apenas a disponibilização do acesso à internet não é capaz de sozinha promover inclusão.

3 CAMPO EMPÍRICO: FAVELA SANTA MARTA

Por favela se entende, segundo o IBGE (2011, p. [27]), um aglomerado subnormal:

[...] um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

No ano de 2010, existiam 6.329 favelas em todo o país (IBGE, 2011), onde viviam 6% da população. Na cidade do Rio de Janeiro eram 763 favelas, onde viviam 22% da população. A origem desse tipo de aglomerado urbano no Brasil se deu na cidade do Rio de Janeiro, por ser a capital federal até 1960. Seu surgimento está ligado a um conjunto de transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase mercantil-exportadora para uma fase capitalista-industrial (final do século XIX e início do século XX), que se refletiu com grande impacto na organização do espaço urbano carioca (ABREU; VAZ, 1991). Seus primeiros registros datam de 1865 (ABREU; VAZ, 1991; FERREIRA, 2009).

O fenômeno das favelas iniciou com a crise de moradia e as políticas sanitárias, que culminaram com a demolição de moradias populares, os cortiços. Elas cresceram vertiginosamente na primeira década do século XX, e até a década de 1980 houve políticas

para sua remoção, ao mesmo tempo em que se multiplicavam. Mas sempre “[...] o trabalhador buscou estar próximo ao local de trabalho. E nesse sentido não é de espantar que a maior parte das remoções não obteve sucesso, pois os moradores eram alocados em locais muito distantes e sem infraestrutura de transportes.” (FERREIRA, 2009, p. 4).

A partir da década de 1980, com a distensão dos anos de chumbo da ditadura militar e o seu fim, as autoridades governamentais passaram a adotar medidas diferentes e, em vez de negar e combater as favelas, passaram a desenvolver políticas para agregá-las ao tecido social. Desse período aos dias de hoje, muitas políticas públicas de moradia, saneamento e segurança foram desenvolvidas envolvendo a questão das favelas, entre elas o Programa Favela-Bairro e a implantação das Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)³.

A favela Santa Marta está localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro/RJ. O início da ocupação que lhe deu origem data da década de 1930. A escolha dessa favela se deveu a se tratar de uma periferia urbana que aglutinou diversos investimentos públicos e da sociedade civil em iniciativas de inclusão digital e social, algumas pioneiras até então. Foi a primeira a receber um sistema de internet banda larga sem fio, instalado em 2009; teve seu primeiro telecentro implantado em 1995, e em 2002 teve seu primeiro telecentro comunitário, período em que essas iniciativas estavam começando a se disseminar no Brasil; foi a primeira favela carioca a receber uma UPP, em 2008, e conseqüente urbanização. Em contraponto, ela foi palco de uma das maiores guerras urbanas geradas pelo narcotráfico no país, no final da década de 1980. Atualmente é a favela que mais recebe turistas. Já foi visitada por diversas personalidades nacionais e internacionais, foi *set* de gravações cinematográficas e de eventos culturais e esportivos de grande repercussão midiática.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ESTUDO DE COMUNIDADE

Metodologicamente, a pesquisa é configurada como um estudo de comunidade. Para pensar comunidade é utilizada a perspectiva de Bauman (2003), para o qual há um antagonismo entre a utópica e almejada segurança da comunidade e a ideia de liberdade. Segundo Castro (2001, p. 67), "O completo entendimento da comunidade [...] envolve fatores demográficos e um entendimento dos indicadores sociais e físicos, bem como da complexidade da estrutura da comunidade." Para a realização do estudo de comunidade, dessa forma, se pressupõe um conhecimento abrangente da favela, em suas características sociodemográficas, históricas, culturais e, no caso desta pesquisa, de conhecimento dos

³ Projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de instituir polícias comunitárias em favelas como forma de desarticular quadrilhas que controlam os territórios.

espaços e iniciativas de informação, inclusão digital e cidadania do local. Para se obter informações sociodemográficas e históricas da favela estão sendo utilizados dados secundários, de órgãos oficiais e pesquisas acadêmicas e institucionais.

A observação participante é a principal técnica adotada, por ser uma “[...] estratégia de campo que combina, simultaneamente, a análise de documentos, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação diretas, e a introspecção.” (FLICK, 2009, p. 152). Os instrumentos para registro são diário de campo, gravador de voz e máquina fotográfica. Também será adotada a técnica de entrevista não estruturada. Os sujeitos da pesquisa são pessoas-chave identificadas na comunidade. Pretende-se compreender as interações das pessoas com a informação digital e sua relação com o exercício da cidadania, a partir do acesso realizado em qualquer local, seja nas suas residências, em telecentros comunitários, em *lan houses*, em escolas, no local de trabalho, via telefonia móvel ou a partir de quaisquer outros suportes.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A.; VAZ, L. F. Sobre as origens da favela. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4, 1991, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUR; UFBA, 1991.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/home_port.html>. Acesso em: mar. 2010.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CASTRO, E. G. Estudos de comunidade: reflexividade e etnografia em Marvin Harris. **Rev. Univ. Rural**, Sér. Ciênc. Humanas, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 195-210, jul./dez. 2001.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil**. São Paulo, 2007.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

DELGADILLO, K.; GÓMEZ, R.; STOLL, K. **Telecentros comunitários para o desenvolvimento humano**: lições sobre telecentros comunitários na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: RITS, 2003.

FERREIRA, A. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 14, n. 828, p. 1-13, jun. 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV); CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS (CPS). **Mapa da inclusão digital**. Rio de Janeiro, 2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, W. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, A. A. C., BENTZ, I. M. G.; PINTO, M. J. (Org.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. P.155-186.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

_____. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**: aglomerados subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Censo demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2012a.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2011. Rio de Janeiro, 2012b.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO (IPM). **Indicador nacional de alfabetismo funcional**. São Paulo, 2012.

LÉVY, P. **Ciberdemocracia**. Portugal: Instituto Piaget, 2004.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.

SORJ, B. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro, Brasília: J. Zahar, Unesco, 2003.